

# A estrada pode ser o fim dos parakanas

ESP-12.6.77

Da sucursal de  
**BRASILIA**

O primeiro grupo indígena contatado pelos sertanistas na Amazônia, depois de iniciada a abertura das grandes rodovias na região, em 1970, os parakanas, está ameaçado de atingir o estado de mendicância com a proximidade da rodovia Transamazônica, que corta os limites de sua reserva. Esta preocupação está sendo manifestada por antropólogos e técnicos indianistas que apontam, ainda, como fator para a desagregação tribal, a assistência precária e incorreta prestada pela Funai a essa comunidade que sofreu uma redução populacional drástica, em decorrência dos primeiros contatos com a sociedade nacional, em 1972. Dos 160 índios parakanas que entraram em contato com a expedição, metade morreu em decorrência de doenças.

Mas não é somente esta ameaça que paira sobre os sofridos parakanas. A barragem de Tucuruí, que está sendo construída no Pará, atingirá parte de sua reserva, de 7.200 hectares, obrigando, inclusive, a transferência dos índios para um outro local. Além disso, a inundação exigirá uma alteração no traçado da rodovia Transamazônica, desviando-a exatamente para dentro dos limites da reserva indígena. Isto poderá abrir caminho para novas violações dessa comunidade onde a civilização, além das mortes registradas, deixou seis pessoas cegas, vitimadas por um surto de blenorragia mal curado.

De 1972 para cá, os índios parakanas, ao contrário de outras comunidades que também foram surpreendidas na Amazônia com a chegada das frentes pioneiras, quase não estiveram no noticiário dos jornais. O primeiro e único indigenista que denunciou os reflexos negativos do contato desses índios foi Antonio Cotrim Neto.

Além da doença venérea contraída pelos índios de funcionários da própria Funai, Cotrim alerta para o mesmo problema agora apontado pelos antropólogos, especialmente Antonio Carlos Magalhães Santos da USP: os índios, caso não tenham uma assistência sistemática por parte da Funai, poderão transformar-se em mendigos, perdendo a sua identidade étnico-cultural. Naquela ocasião, depois de acompanhar durante algum tempo os parakanas e gaviões, no Pará, Cotrim abandonou a Funai, desiludido com o seu trabalho, afirmando que estava cansado de ser "coveiro de índios".

As afirmações do sertanista chocaram profundamente as autoridades do governo, pois a Transamazônica, na época vista como "a menina dos olhos do presidente Médici", começava a apresentar os seus primeiros efeitos negativos. O então presidente da Funai, general Bandeira de Mello, desmentiu as denúncias do sertanista e os parakanas foram esquecidos, talvez pelo fato de viverem numa área de difícil acesso onde as comuni-

cações com o resto do País são bastante precárias.

Cinco anos depois, a situação dos parakanas voltou a ser enfocada, agora pelo antropólogo da USP. Ele acha que o grupo, após sofrer a violenta despovoação, durante os primeiros anos de convívio com o branco, ainda não conseguiu recompor-se de forma satisfatória. Ao realizar a segunda etapa de um trabalho orientado pela antropóloga Lux Vital junto aos parakanas, Antonio Carlos Magalhães Santos verificou um agravamento dos problemas enfrentados pelos índios, que visitou pela primeira vez há dois anos.

"Se, anteriormente, podíamos observar as precárias condições de saúde, notávamos, por outro lado, que o grupo ainda se mantinha razoável quanto ao aspecto social. Hoje, este quadro não é mais o mesmo, especialmente por culpa da 2ª Delegacia Regional da Funai, responsável pela área, que permitiu que toda a aldeia do igarapé Lontra fosse transferida para um local distante apenas 30 metros da sede do posto indígena, chefiado por Elias Menescal", afirmou.

Para promover o deslocamento do grupo o chefe do posto argumentou que a proximidade permitiria a possibilidade de um controle melhor da saúde do grupo. Esta medida, no entanto, não conseguiu impedir que uma epidemia de malária quase matasse alguns membros do grupo que foram transportados para Marabá. Este mesmo chefe de posto foi responsável pela total desfiguração das casas primitivas dos Parakanas e que por si, segundo o antropólogo, representa "um vilipêndio da cultura tribal".

"Estes índios, inicialmente, viviam numa única casa que agrupava toda a comunidade. Hoje, são dez moradias, situadas em forma de rua, com cinco de cada lado, construídas nos moldes tradicionais caboclos. Mas não pararam aí as aberrações. O mesmo chefe de posto proibiu que os índios acendessem seus fogos dentro de casa, alegando que "fazia mal à saúde", impedindo ainda que os índios enterrassem seus mortos dentro de casa, o que, aliás, é reconhecido como costume de todos os índios do grupo tupi", explicou.

A mesma proibição recaiu sobre a construção da tradicional casa dos fumantes, que serve como local de reunião dos homens da aldeia, e de uma área reservada para as atividades sociais e religiosas do grupo.

Todos estes problemas estão causando profundas modificações no comportamento dos índios. Eles estão frequentando a rodovia Transamazônica, fato que já causou a morte de seis índios, pois os parakanas, assim como outras tribos de contato recente com a civilização, não têm resistência às doenças comuns ao branco, como a gripe e o sarampo. Estes índios que morreram, segundo informações do sertanista Santiago Passinho, contraíram poliomielite na estrada.

Os índios parakanas também

já começam a sentir o mesmo problema relacionado a coleta da castanha, enfrentado por outras comunidades do Pará, onde o produto constitui uma das maiores riquezas. A 2ª Delegacia Regional da Funai, com sede em Belém, insiste em transformar a atividade em fonte de lucro para o órgão, utilizando o índio como mão-de-obra barata. Os lucros obtidos têm uma destinação não definida e as comunidades empregadas na coleta da castanha nunca viram o retorno desses lucros para as aldeias, seja em forma de dinheiro ou benefícios.

No ano passado, os índios gaviões se rebelaram contra o antigo sistema imposto pela 2ª Delegacia Regional da Funai dirigida pelo coronel Antonio Nogueira, e, apoiados pela antropóloga Iara Ferraz, também da USP, resolveram dirigir seu próprio negócio, obtendo mais de 200 mil cruzeiros de lucro. O projeto acabou causando sérios atritos entre a antropóloga e o coronel. Em consequência, a antropóloga acabou sendo afastada pela Funai sob o estranho argumento de "indisciplina".

A 2ª Delegacia Regional da Funai quer agora ativar a produção da castanha na terra dos parakanas. Ocorre que estes índios, ainda muito arraigados aos seus hábitos primitivos, não estão interessados na coleta do produto para comercialização. O antropólogo encarregado de estudar os parakanas acha que o grupo deve coletar o que achar necessário e não ser utilizado como simples mão-de-obra, trabalhando em ritmo empresarial.

Ele chama a atenção, ainda, para uma irregularidade que vem sendo permitida pela Funai: a concessão de licenças a particulares para que adentrem a área indígena para a coleta da castanha. Esta permissão fere frontalmente o Estatuto do Índio no seu artigo que proíbe o arrendamento ou qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.

## A HIDRELÉTRICA

Ao lado dessas distorções constatadas em decorrência da má atuação do órgão oficial de proteção ao índio, a inundação das terras dos parakanas aparece como fator de preocupação para a própria Funai que teme a existência de grupos indígenas parakanas ainda isolados da civilização na área que será tomada pelas águas.

A grande barragem de Tucuruí, que será construída pela Eletronorte, ocupará uma área de 8.148 quilômetros quadrados, o que significará a desapropriação de diversos locais, incluindo áreas totais ou parciais dos municípios de Bagre, Itupiranga, Jacunda, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí. A reserva dos parakanas está localizada no município de Jacunda, de acordo com o mapeamento fornecido pela Eletronorte, além de parte da reserva estar localizada dentro da área a ser inundada, a remodelação do traçado da Transamazônica obrigará o corte da área reservada pela rodovia.